

POBREZA E DESIGUALDADES NA CIDADE: AS LUTAS URBANAS E OS DESAFIOS PARA A AÇÃO PARLAMENTAR

Carlos Vainer*

I. O QUE OS NÚMEROS SILENCIAM?

1. Declarações finais de conferências internacionais sobre cidades, assim como documentos e relatórios de agências multilaterais, consagraram uma retórica urbana que tem como marca os grandes números. Frases, parágrafos, quando não alentados capítulos proclamam, há pelo menos 30 anos, que a humanidade é/tornou-se urbana. São feitas referências à participação da população urbana na população total, que, agora, é o que se anuncia, pela primeira vez na história multimilenar da espécie humana, teria ultrapassado a marca fatídica dos 50% (embora nem sempre nos digam quais os critérios para fazer esta contagem). Também é comum falar-se dos ritmos de crescimento assombrosos, tomando por comparação seja a Liverpool ou a Londres da primeira metade do século XIX, seja a Chicago dos loucos 1920.

2. A verdade, porém, é que a repetição monótona e ritual destes números não promove apenas uma difusão de conhecimentos estatísticos, ela desperta temores. Um espectro assombra o mundo: o espectro da urbanidade.

Apesar do que muitos pensam, e apregoam os estatísticos, os números não falam por si. Eles pouco nos dizem da realidade e do cotidiano dos milhões, bilhões, de novos e velhos cidadãos. Poder-se-ia mesmo sugerir que antes escondem que revelam os processos históricos, estruturais, que engendram não apenas a urbanização das populações e da vida social de modo geral, mas também, e sobretudo, produzem e reproduzem um modo particular de urbanização que é marcado pela DESIGUALDADE.

3. O que a ritualística numerológica pretende inculcar é a concepção de que os problemas urbanos, a pobreza e a desigualdade urbanas, decorrem da grandiosidade dos números. Ah, se as cidades não crescessem tanto! Ah, se a população não tivesse taxas tão elevadas de natalidade e as mulheres pobres não fossem tão prolíficas! Ah, se fossem os ricos e não os pobres que se multiplicassem tanto!

4. No período que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, as promessas desenvolvimentistas, inspiradas na “teoria” dos estágios do desenvolvimento, difundiram pelo mundo afora sua genial descoberta: os países atrasados são rurais, os países adiantados são urbanos, logo urbanização e desenvolvimento caminham de mãos dadas. Altas taxas de incremento da população urbana sinalizam a passagem do atraso para o desenvolvimento. A boa mensagem difundida pelos profetas do desenvolvimentismo, então, era: urbanizem-se e o paraíso do desenvolvimento será colocado a seu alcance!

* Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (cvainer@uol.com.br).

A urbanização da pobreza e a pobreza da urbanização nos países periféricos vieram interpelar as teorias então dominantes. Da mesma maneira que a realidade contemporânea interpela aqueles que associaram a pobreza urbana a um simples movimento de deslocamento dos pobres do campo para a cidade.

5. O que fica cada vez mais evidente é que as cidades, a maioria das cidades pelo menos, não são meros depósitos dos pobres rurais. Se a cidade não é, como pensavam os economistas fisiocratas dos séculos XVIII, uma simples consumidora de riqueza produzida na agricultura, tampouco é um simples depositário de excedentes demográficos originados nos campos. A pobreza urbana não é um resíduo do “excedente populacional rural”. A cidade é, ela mesma, produtora e reprodutora de pobreza e desigualdade.

6. Isto significa que tão ou mais importante que estabelecer linhas de pobreza e estimar quantos estão abaixo ou acima desta fatídica e arbitrária marca, é desvendar os processos que, na cidade, produzem a pobreza e os pobres. As estatísticas da retórica oficial revelam o tamanho do problema a ser enfrentado, e neste sentido podem ser muito úteis. Mas, estas quantidades, muitas vezes, têm sido utilizadas para esconder a qualidade dos processos que produzem as duas faces da realidade urbana, isto é, a riqueza e a pobreza, em outros termos, a desigualdade. Os números revelam parte da realidade, mas silenciam sobre outra parte desta mesma realidade.

Como combater a pobreza e a desigualdade se suas causas não são identificadas e superadas, se os que se beneficiam do status-quo não são identificados e destronados? Ora, sem entender estes processos, qualquer pretensão para equacionar e enfrentar o problema está fadada ao fracasso.

II. AS ESCALAS DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES URBANAS

7. Em primeiro lugar, é necessário ter claro os limites das conquistas materiais e imateriais que se podem alcançar numa determinada cidade, ou mesmo num conjunto de cidades de determinada região. Com efeito, em primeiro lugar, antes de mais nada, a pobreza e desigualdades urbanas estão enraizadas na estrutura social, econômica e política. Isto significa que os problemas urbanos somente podem ser compreendidos, teoricamente, e superados com sucesso, praticamente, se são desafiados esta estrutura, isto é, o conjunto de relações de poder que engendra e reproduz nas escalas nacional e global.

Em outros termos, a perversa e dramática realidade de nossas cidades, as precárias condições de vida de bilhões de pessoas que constituem os contemporâneos “condenados da terra”, para evocar o grande escritor antilhano e combatente anti-colonial Franz Fanon, estão determinadas por processos nacionais em interação com processos globais. Em conseqüência, modificações profundas da realidade urbana, tanto mais que nossa sociedade é, hoje, dependem de alterações profundas nas estruturas sócio-econômico-políticas nacionais e nas relações centro-periferia que ordenam e hierarquizam o mundo globalizado.

8. Tal entendimento nos levaria a rejeitar, *ad limine*, a pretensão neo-localista de conceber o local, quase sempre a cidade, como campo de um *desenvolvimento local alternativo* e, *a fortiori*, de construção de alternativas societárias. Se a pobreza e a desigualdades urbanas são produzidas e reproduzidas por uma estrutura social que as transcende, as transformações possíveis na escala urbana são, lógica e historicamente, limitadas.

Esta constatação, porém, não deve desalentar todos quantos, e são muitos, dedicam suas vidas a transformar nossas cidades, seja em partidos políticos, movimentos sociais ou organizações da sociedade civil, nas câmaras municipais ou nos bairros e favelas. Há porém, que refletir rigorosamente sobre a natureza da arena de luta, de modo a poder desenvolver uma ação lúcida e eficaz.

9. A cidade não é apenas o reflexo da sociedade, isto é, não se resume a projetar territorialmente estruturas sociais e econômicas nacionais e internacionais. A cidade é, ela mesma, um universo social, econômico e político. Ela produz riquezas e reproduz relações. Em outras palavras: a cidade não é apenas uma reprodução, localizada e reduzida, da estrutura social; ela é também, um complexo de relações sociais – relações econômicas e sócias, mas também de relações poder.

Ao contrário das teses de estruturalistas estreitos ou de globalistas radicais, que acreditam que tudo se passa na esfera das estruturas, ou ainda, que todos os processos relevantes ocorrem na esfera global, propõe-se aqui uma outra abordagem. A relação entre a cidade e a estrutura social não é uma relação passiva, em que a cidade é meramente reflexo das estruturas, em que o local é apenas um epifenômo do global; ao contrário, a cidade contribui para configurar a estrutura social e para constituir a globalidade.

10. Não está inscrito na estrutura social brasileira que apenas sejam asfaltadas as ruas dos bairros habitados pelas classes superiores e médias, nem que a água chegue apenas a alguns cantos da cidade. Mas o fato de que isso aconteça em nossas cidades, e não nas cidades francesas ou canadenses, para citar um exemplo, introduz algumas diferenças expressivas na configuração destas sociedades.

Apesar de grandes corporações internacionais chantagearem governos locais para obterem favores fiscais e outros, tampouco está inscrito nas relações globais que recursos captados pelos governos locais sejam sistematicamente alocados de modo a embelezar o s bairros ricos, a alimentar a acumulação privada de segmentos especulativos da promoção imobiliária e, em consequência, reproduzir a desigualdade urbana ou

Em outros termos, isto significa que a cidade, além de herdar desigualdades da estrutura social, podem aprofundá-las... E, neste caso, não poderia também reduzi-las? Caos a resposta seja positiva, isto significaria que a cidade, e não apenas a nação e o mundo, são escalas pertinentes da ação política e da luta pela justiça social e ambiental.

11. A cidade é também, nela mesma, um poderoso mecanismo de geração e apropriação de riqueza, que não está inscrito nem totalmente determinado na estrutura social. Que alguns poucos promotores imobiliários capturem imensos valores – mais-valias

imobiliárias – graças a investimentos públicos que poderiam estar sendo consagrados à redução das desigualdades estritamente urbanas, eis algo que não nos é imposto por nenhuma lei do mercado; ao contrário, é pura e simples apropriação privada de recursos públicos. Esta lei do mais forte que se institucionaliza – ao mesmo tempo que se traveste de lei do mercado –, manifesta, de maneira plena, a estreita solidariedade entre o poder econômico e o poder político que configura, simultânea e combinadamente, a economia e a política urbanas.

12. Se a cidade produz ela mesma mecanismos de poder e de apropriação de recursos, se ela constitui espaço de afirmação de legitimidades e valores simbólicos, a disputa pela cidade pode, e deve, ser a disputa por este conjunto de recursos de que ela é origem e depositária, eternizando mecanismos de reprodução da exploração e da dominação¹.

Evidentemente, cada cidade instaura, de forma única, uma articulação de mecanismos de acumulação especificamente urbanos, formas de dominação local, modalidades de afirmação simbólica de determinados grupos e de seus valores e perspectivas. E somente estudos detalhados das coalizões de poder podem revelar a extensão e natureza de cada um dos mecanismos existentes em cada cidade particular

13. Por outro lado, como uma cidade não existe solta no ar, as formas de dominação e acumulação que a caracterizam não podem ser percebidas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e, cada vez mais, internacionais. De que forma as coalizões dominantes locais se articulam horizontal e verticalmente? Enquanto grupos de interesses e segmentos de classe, que posição ocupam e como interagem com o bloco hegemônico nacionalmente? Como e com que redes globais a cidade está conectada?

14. Normalmente, pelo menos nas cidades de maior expressão, as coalizões locais envolvem desde interesses locais tradicionais até grupos externos (nacionais ou estrangeiros). Que peso têm os vários grupos? Qual o papel de segmentos da classe média tradicional? E as velhas oligarquias?

Para sintetizar o argumento, pode-se dizer que cada cidade é, portanto, campo e objeto de relações de geração e apropriação de recursos – materiais, políticos, simbólicos – que resultam das formas particulares únicas que estruturam o poder e as relações econômicas. Este conjunto de relações, e os recursos que elas colocam em movimento e disputa, são um espaço bastante amplo para alterações reais na vida das classes e grupos sócias subalternos e discriminados, assim como para reduções expressivas nas desigualdades urbanas.

O slogan escolhido pelos organizadores do Fórum Social Urbano, paralelo ao V Fórum Urbano Mundial promovido pela UN-Habitat talvez expresse de maneira adequada o entendimento do entrelaçamento de múltiplas escalas que desafia as lutas urbanas: *“Nos bairros e no mundo, em luta pelo direito à cidade, pela democracia e justiça urbanas”*.

¹ Evidentemente, cada cidade instaura, de forma única, uma articulação de mecanismos de acumulação especificamente urbanos, formas de dominação local, modalidades de afirmação simbólica de determinados grupos e de seus valores e perspectivas. E somente estudos detalhados das coalizões de poder podem revelar a extensão e natureza de cada um dos mecanismos existentes em cada cidade particular

III. AS LUTAS URBANAS: POSSIBILIDADES E LIMITES

15. Nem universo fechado pelas sobre-determinações estruturais (globais), nem campo totalmente aberto para a construção de alternativas, o local e, em primeiro lugar, a cidade constituem escala e arena de construção de estratégias trans-escalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas.

Isto significa que, mais além de necessário, é possível romper com o fatalismo que pretende condenar nossas cidades a se adequarem às imposições da uma globalização impiedosa que submete o local às exigências das grandes corporações, lançando-as a uma competição impiedosa, uma verdadeira guerra de todos contra todos da qual saem vitoriosos apenas os beneficiários das isenções, favores e benefícios ofertados para atrair investimentos, mega-eventos e turistas.

Isso significa, igualmente, rejeitar um certo determinismo estruturalista, também economicista, que concebe o local como mero receptáculo passivo e síntese concreta das determinações abstratas da lógica do capital global, ou ainda de novas abordagens geopolíticas pretensamente radicais que, ironizando as lutas locais ou nacionais, não vislumbram como inimigo senão um poder imperial, abstrato, sem centro nem lugar, intangível, e por isso mesmo inatingível.

16. O fato é que a realidade ultrapassa, e deveria requalificar o debate teórico ou ideológico, pois a verdade incontestável é que são muitas, expressivas e diversas as lutas urbanas. A cidade tem sido ao longo da história da sociedade moderna espaço extraordinariamente rico da experimentação social, da insurgência de novas e criativas formas de sociabilidade, de manifestações incessantes de uma cultura popular que, desafiando dramáticas condições de vida, irriga e renova o patrimônio cultural da humanidade. Ela é também o lugar do que Lefebvre chamou de “utopias experimentais”, vivência de formas alternativas que apontam a possibilidade de um novo padrão de organização social, sonhos realizados em espaços-tempos limitados, mas suficientes para afirmar que uma nova cidade é possível.

17. Esta riqueza e criatividade residem, em grande medida, nos interstícios do tecido social urbano, naqueles bairros aonde muitas vezes não chegam serviços urbanos, partidos, sindicatos, e nem mesmo os mais curiosos pesquisadores de nossas universidades. São dinâmicas emergentes, ou insurgentes, que alimentam lutas e organizações populares, manifestações dos grupos discriminados e contribuem para a vitalidade da cidade.

No mais das vezes, estas experiências, lutas, reivindicações e manifestações culturais permanecem isoladas, segmentadas, fragmentos de uma vida social que parece incapaz de se completar em sua plenitude. Enfrentam enormes dificuldades para gerarem dinâmicas mais abrangentes e ganharem o espaço urbano e social em seu conjunto.

18. Nesta realidade simultaneamente local, regional, nacional e global, configurando um contexto de permanente conflituosidade, em que emergem de forma criativa novas lutas,

reivindicações e projetos societários, qual seria o lugar e papel das assembleias ou conselhos locais? Qual o papel e lugar do conselheiro, vereador, parlamentar que se pretende expressão desta extraordinária vitalidade, que aponta para a nova cidade possível?

Esta não é uma resposta simples. Tampouco se pode imaginar que exista uma única resposta para todos os países, todas as cidades, todas as conjunturas espaço-temporais. Seria possível, porém, ensaiar algumas reflexões e diretrizes gerais para o debate.

IV. OS DESAFIOS À AÇÃO PARLAMENTAR

19. De modo sintético, seria possível dizer que as instituições parlamentares estão confrontadas a três grandes desafios.

O primeiro deles advém do projeto urbano dominante, que tenta impor um padrão de política e planejamento urbanos que se espelha na empresa privada, ou melhor, nas grandes corporações, a que se poderia chamar de “empresariamento urbano”. A tentativa de tratar a cidade como se fosse uma empresa despreza a prática e ação políticas de modo geral, e a ação parlamentar de modo particular. Pensada como empresa, a cidade torna-se alvo e arena de uma sistemática política de “despolitização” da questão urbana. Seu modelo ideal não é a cidade dos cidadãos conscientes, críticos e ativos, mas a cidade dos clientes, consumidores ou acionistas, ou ainda, a cidade dos espectadores passivos dos mega-eventos.

20. A transformação da cidade em negócio desloca do espaço público – por natureza espaço da política – para a esfera das chamadas parcerias público-privadas os processos decisórios, o que representa um primeiro e grande desafio, uma vez que recoloca em questão as formas de constituição e legitimação do poder na cidade. Assim, por exemplo, evento promovido Banco Mundial simplesmente propunha, sem mediações, delegar diretamente aos empresários capitalistas o poder local: “*the private sector should take the lead in local economic strategies*” (Urban Partnership & The TWU Urban Division, 1998, p. 4).

Nesta cidade-empresa, curiosa forma de democracia direta do capital, não há espaço para o debate nem para a democracia. Debate e divergências podem ameaçar o bom andamento dos negócios. Por esta razão mesma, o prefeito carismático e empreendedor, centralizador, começa a se transformar em modelo, como sugerem conhecidos consultores catalães que vendem o modelo Barcelona pelo mundo afora. Assim, por exemplo, em documento de grande repercussão no mundo do planejamento urbano, preocupados em assegurar a continuidade e a estabilidade da gestão municipal-empresarial, estes teóricos do planejamento estratégico urbano propugnam a “*supressão dos impedimentos à reeleição e/ou prolongamento dos mandatos de quatro para seis anos*” (Castells & Borja, 1996, p. 164). Indo mais longe em sua defesa do banimento da política da vida urbana, Borja argumenta não haver razões que justifiquem disputas políticas-ideológicas na cidade, e afirma que “*seria desejável que os partidos políticos se abstivessem de concorrer como tais às eleições municipais*” (Borja, 1995, p. 26).

21. Esta despolitização deliberada e consciente da vida urbana desdobra-se num elogio ao prefeito carismático e personalista, cujo evocação autoritária é evidente. Assim, em publicação financiada pela Agência Habitat, lê-se que “*Lisboa, com Sampaio, e Barcelona, com a emblemática figura de Maragall, são bons exemplos <...> dificilmente encontraremos uma resposta positiva se não há uma liderança personalizada e, em muitos casos, a figura dos prefeitos é decisiva*” (Castells & Borja, 1996, p. 156). Mais recentemente, é a própria UN-Habitat quem proclama, sem pudor, as virtudes do personalismo que amputa a cidadania e evoca alguns pesadelos totalitários vividos pela humanidade no século XX, atribuindo o sucesso de algumas cidades na “redução da pobreza” ao fato de que elas “*beneficiaram-se de prefeitos visionários e líderes políticos que transformaram radicalmente as paisagens da cidade ...*” (“*have benefitted from visionary mayors and political leaders who have radically transformed city landscapes ...*” (UN-Habitat, 2008)

22. Finalmente, caberia lembrar que a própria ação normativa tradicionalmente cumprida pelas instituições parlamentares locais, responsáveis por planos diretores e regulação do uso do solo, viu-se debilitada, quando não completamente esvaziada, pela flexibilização urbanística, que tem por fim delegar ao prefeito a liberdade de negociar, caso a caso, com empresas privadas e promotores imobiliários, distribuindo isenções urbanísticas que fragmentam a cidade e a submetem definitivamente aos apetites imediatos de tal ou qual promotor ou empreendedor privado.

23. Deslocados do centro do processo decisório por padrões empresariais de gestão, tanto quanto por modos personalistas, carismáticos e, quase sempre, autoritários de governo, os parlamentares muitas vezes se vêem empurrados para a esfera do que poderíamos chamar de gestão segmentada de interesses particulares e, nos casos mais degradados, para o clientelismo puro e simples.

Ora, numa cidade dirigida por empresários capitalistas e por prefeitos empreendedores, carismáticos e autoritários, as práticas de patronagem e clientela vêm aprofundar o processo de despolitização. Mesmo quando os interesses representados são legítimos, e as causas justas, a segmentação compromete qualquer perspectiva de geração de dinâmicas coletivas que desafiem o status-quo.

Certamente, superar as múltiplas e diferenciadas formas de clientelismo e segmentação constitui o segundo e grande desafio colocado para a ação parlamentar na cidade.

24. O terceiro desafio tem por origem as próprias dinâmicas emergentes, lutas e reivindicações dos movimentos sociais. Com efeito, confrontados ao autoritarismo do marketing urbano e do prefeito empreendedor, de um lado, e às práticas clientelistas, de outro lado, os movimentos descrevem das formas tradicionais de representação e pugnam pela democracia direta.

O sentimento generalizado é que as assembléias ou conselhos municipais perderam qualquer sentido e poder, e não constituem nem mesmo, hoje, audiências capazes de fazer ecoar reivindicações, projetos, propostas, anseios ... e, menos ainda, sonhos. E as reivindicações por democracia direta revelam-se tanto mais fortes quanto maior a vitalidade dos movimentos e organizações da sociedade civil.

Diante deste quadro, não são poucos os parlamentares que vêm nas pressões por formas de democracia direta uma ameaça direta ao exercício de um mandato legal e legitimamente recebido dos eleitores.

25. Certamente há parlamentares que buscam, e conseguem em muitos casos, comprometer sua prática política com as dinâmicas emergentes, fazendo-se porta-vozes das lutas. A verdade, porém, é que, mesmos os integrantes desta minoria vivem a angustiante situação de serem estranhos no ninho tanto quando falam no parlamento do quotidiano e das lutas expressas pelos movimentos, como quando falam em assembléias populares da ação parlamentar.

26. O quadro apresentado não autoriza qualquer otimismo e ameaça as assembléias locais de irrelevância. Aqueles que não se acomodam nem ao clientelismo, nem à irrelevância estão convocados a um extraordinário esforço para promover a reivenção das instituições e práticas parlamentares locais. Nesta direção, seria possível sugerir alguns passos.

V. REINVENTAR A AÇÃO PARLAMENTAR

27. Como primeiro passo, as assembléias locais deverão superar a atitude defensiva que, em nome de uma teórica prevalência filosófica ou legal da democracia representativa, acaba por levá-las a fechar os olhos aos novos sujeitos políticos que se constituem e a rejeitar o ar fresco que estes lhe podem insuflar. Há que escancarar, em sentido figurado e direto, as portas das assembléias e conselhos. Há que transformá-los em espaços permanentes da cidadania, dos movimentos e suas reivindicações.

28. Esta abertura de espaços teria como complemento necessário o engajamento das assembléias ou conselhos municipais no estímulo, promoção e participação em todas as formas possíveis de democracia direta. Assim, por exemplo, com referência a orçamentos participativos, conselhos cidadãos de vários tipos, compartilhar responsabilidades e poderes com estas formas emergentes constitui não apenas demonstração de compromisso com a democracia participativa, mas também caminho indispensável para a revitalização da vida parlamentar.

Ao invés de pensar a democracia direta e a democracia representativa como formas antagônicas, é possível concebê-las como formas complementares, embora diversas, de expressão e defesa de legítimos interesses dos cidadãos. Alianças deste tipo fortalecem o combate principal, que tem como alvo o processo de despolitização da cidade e seus promotores. E perda eventual de algumas prerrogativas legais, cada vez mais formais e menos substantivas, terá como contrapartida a reafirmação da política, compreendida como a ação e debate públicos em torno ao interesse coletivo, sempre necessariamente contraditório e conflituoso.

29. O segundo passo, que remete às relações entre conselhos e prefeitos, impõe a defesa intransigente da existência de regras e normas acerca do uso do solo e do planejamento da cidade. Como referido acima, uma das características centrais do neo-urbanismo empreendedorista é sua ojeriza a planos e regras. Todo o que pode constranger a liberdade do mercado é visto como inaceitável estatismo, tanto mais que o mercado é concebido, segundo os manuais do pensamento econômico neo-clássico e do pensamento político neo-liberal, como a forma mais eficaz de alocar recursos, capaz de autoregular-se. Na concepção dominante, o estado e o plano não devem estar a serviço do mercado, e, portanto, devem ser flexíveis para permitirem o aproveitamento de todas as oportunidades de negócio que surgirem.

30. Ora, após 25 anos de debilitamento dos planos diretores e de flexibilização em nome de um planejamento amigável ao mercado (market friendly planning) e de estratégias desenvolvimentistas (pro-growth strategies), o fracasso é total ... pelo menos no que diz respeito ao combate à pobreza e às desigualdades. Embora insista nas virtudes das estratégias desenvolvimentistas (pro-growth strategies) e argumente, de maneira um tanto ou quanto especiosa, que a redução das desigualdades favoreceria tais estratégias, a UN-Habitat é obrigada a reconhecer e lamentar que esta conjugação não tem ocorrido e que as cidades estão se tornando mais desiguais (“Cities are becoming more unequal”)

“Unfortunately, rising economic growth rates in several African countries have not reduced income or consumption disparities; on the contrary, urban inequalities in many African cities, including Maputo, Nairobi and Adidjan, remain high as wealth becomes more concentrated” (UN-Habitat, 2008).

E a respeito da América Latina o diagnóstico não é mais favorável: *“Urban inequalities in this highly unequal region are not only increasing, but are becoming more entrenched <...> (UN-Habitat, 2008).*

31. Os que até há pouco tempo viam na intervenção planejadora e reguladora do estado uma ameaça à livre iniciativa e ao bom funcionamento do mercado, e, em consequência, da cidade, são chamados à realidade pela crise financeira, cujas raízes estão na especulação urbana, ou melhor, na mercantilização (commodification) e financeirização da cidade.

Assim, a Diretora Executiva da UN-Habitat, após reiterar críticas já antigas à regulação defendidas pelos que ainda se apegam às *“velhas formas de plano diretor”* (“old forms of master planning”), afirma que *“os governos deveriam assumir crescentemente um papel mais central nas cidades”* (“governments should increasingly take a more central role in

cities and towns”) (UN-Habitat, 2009, p. vi). Embora não avance uma clara autocrítica das posições anteriores, é suficientemente explícita ao reconhecer que foi necessária uma crise de grandes proporções para que fosse reconsiderado o lugar e papel do estado:

“This, to a large extent, is a result of the current global economic crisis, which has exposed the limits of private sector – in terms of its resilience and future growth as well as the ability of the “market” to solve most urban problems” (UN-Habitat, 2009, p. vi).

32. Não fossem as tragédias humanas envolvidas, o desemprego maciço, a miséria provocada pela crise, os milhões de sem-teto que surgiram até mesmo nos países centrais, poder-se-ia saudar a crise e dizer que pelo menos levou um pouco de razão àqueles que denunciavam como irracionais e visionários os que advertiam para a incapacidade do mercado de auto-regular-se e para os efeitos perversos da entrega da cidade à lógica e à dinâmica puras do mercado.

33. Mas o que importa é que o contexto intelectual e político alterou-se substancialmente, abrindo novas e inesperadas oportunidades para discutir e redefinir o lugar e papel do estado no desenvolvimento urbano e, em consequência, também do papel e lugar do poder legislativo nas cidades. A necessidade de intervenção estatal, no momento atual, aparece como um consenso quase inquestionável, embora seja sempre bom ter em mente que há múltiplas maneiras de concebê-la.

Muitos a vêem como tendo por paradigma os trilhões de dólares que o poder público repassou aos bancos e especuladores em dificuldades, uma ordem de grandeza jamais sonhada pelos mais ambiciosos programas de “alívio à pobreza” elaborados pelos bem remunerados técnicos nos confortáveis escritórios do Banco Mundial e outras agências multilaterais. É possível, entretanto, no contexto atual, associar à reivindicação por maior responsabilidade do estado e menor liberdade de ação para o livre mercado à reivindicação social de controle social do poder público, assim como mais ampliadas e efetivas formas de democracia direta.

34. Trata-se, neste terreno, de reafirmar a necessidade de resgatar para o poder público, e para os legisladores, em cooperação e sob controle das organizações da sociedade civil através de suas formas emergentes de democracia direta, o legítimo poder de planejar a cidade, submetendo ao interesse público, isto é, à busca de igualdade e justiça social, a ineficiência econômica e a perversidade social dos interesses privados e especulativos que prevalecem no mercado livre.

VI. UMA OUTRA AÇÃO PARLAMENTAR É POSSÍVEL

35. As ruas e edificações de nossas cidades coagulam e, de certa maneira, constituem uma narrativa de conflitos e confrontos travados ao longo de suas trajetórias. Nada do que nos parece hoje como absolutamente natural, aquela acolhedora praça generosa de sombras ou aquela via expressa barulhenta e poluidora que atravessa bairros pobres e degradados, cada lugar de nossas cidades é um marco das lutas dos que nos antecederam, de suas vitórias... mas também de suas derrotas.

A cidade, mais que qualquer outra obra humana, é um artefato histórico. E, como tal, está aberta ao futuro.

36. A pressão dos interesses dominantes para subjugar a cidade a seus interesses privados se defronta com a resistência daqueles que querem afirmar seus anseios de democracia cidadã, justiça social e responsabilidade social. Para estes últimos, o único caminho possível é o da ação coletiva, da política, da construção de espaços públicos e processos democráticos no qual se encontrem e confrontem, de maneira aberta e legítima, todos os planos e projetos. Sua força está no debate público e aberto, nas formas múltiplas de participação e ação coletiva.

37. As instituições parlamentares locais e aqueles que nelas militam podem desempenhar importante papel para o resgate do espaço público, para a reafirmação do lugar e papel da ação reguladora e intervenção do estado em defesa do interesse público. Para isso terão que reinventar suas formas de ação, suas relações tanto com o poder executivo local, quanto com a sociedade civil, seus movimentos e organizações.

A retomada das lutas urbanas um pouco por toda parte, assim como o evidente fracasso do receituário da cidade neo-liberal, cidade empresa competitiva e cidade negocio abre novas possibilidades. Mais do que nunca uma NOVA CIDADE É POSSÍVEL. Nesta cidade será necessário reconhecer que também uma NOVA AÇÃO PARLAMENTAR É POSSÍVEL.

Referências Bibliográficas

- Borja, Jordi. Barcelona. Un modelo de transformación urbana. Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995
- Castells, Manuel & Borja, Jordi. “As cidades como atores políticos”; in Novos Estudos CEBRAP, n. 45, julho/1996.
- Urban Partnership & The TWU Urban Division. The urban dialogues. Learning events summary notes. S.l, 1998.
- Borja, Jordi; Castells, Manuel (1997) - Local y global; la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid, Habitat/Taurus.
- UN-Habitat. State of the world's cities 2008/2009. Harmonious cities. London-Sterling,VA, 2008.
- UN-Habitat. Planning sustainable cities. Global report on human settlements 2009. London-Sterling,VA, 2008.